

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

- [Casa Civil](#)
- [Ministério da Justiça e Segurança Pública](#)
- [Ministério da Defesa](#)
- [Ministério das Relações Exteriores](#)
- [Ministério da Economia](#)
- [Ministério da Infraestrutura](#)
- [Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento](#)
- [Ministério da Educação](#)
- [Ministério da Cidadania](#)
- [Ministério da Saúde](#)
- [Ministério de Minas e Energia](#)
- [Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações](#)
- [Ministério do Meio Ambiente](#)
- [Ministério do Turismo](#)
- [Ministério do Desenvolvimento Regional](#)
- [Controladoria-Geral da União](#)
- [Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos](#)
- [Secretaria-Geral](#)
- [Secretaria de Governo](#)
- [Gabinete de Segurança Institucional](#)
- [Advocacia-Geral da União](#)
- [Banco Central do Brasil](#)
- [Planalto](#)

ALIMENTOS TRANSGÊNICOS E O PRI...

- Registro completo do item
- [Citar](#)
- [Imprimir](#)
- [Exportar registro](#)

ALIMENTOS TRANSGÊNICOS E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA

Detalhes bibliográficos

Autor(a) principal: [Pozzetti, Valmir César](#)

Nível de Acesso: Acesso aberto

Data de Publicação: 2018

Outros Autores: [Rodrigues, Cristiane Barbosa](#)

Tipo de documento: Artigo

Idioma: por

Instituição responsável: Revista Jurídica (FURB)

Título da fonte: [Revista Jurídica da FURB](#)

Palavras-chave em Português: [Ciências Sociais Aplicadas; Direito Alimentos transgênicos; Biotecnologia; Princípio da Precaução; Dignidade da Pessoa Humana](#)

Texto Completo: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/7874>

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi o de estudar a questão principiológica aplicada ao caso dos alimentos transgênicos, em especial o Princípio da Precaução e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. A proposta abordou a evolução da legislação brasileira sobre o assunto, principalmente no que diz respeito à rotulagem dos alimentos transgênicos e as recentes propostas de alteração da Legislação vigente. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o método dedutivo e quanto aos meios a pesquisa foi bibliográfica e com caráter qualitativo, quanto aos fins. A conclusão a que se chegou foi a de que há necessidade de se empregar um maior rigor na liberação da produção e comercialização dos alimentos transgênicos, assim como promover a expansão dos mecanismos de defesa do consumidor, mediante ampla divulgação dos riscos advindos do consumo dos alimentos transgênicos que já estão no mercado.

Detalhes bibliográficos

Autor(a) principal: [Pozzetti, Valmir César](#)

Nível de Acesso: Acesso aberto

Data de Publicação: 2018

Outros Autores: [Rodrigues, Cristiane Barbosa](#)

Tipo de documento: Artigo

Idioma: por

Instituição responsável: Revista Jurídica (FURB)

Título da fonte: [Revista Jurídica da FURB](#)

Palavras-chave em Português: [Ciências Sociais Aplicadas; Direito Alimentos transgênicos; Biotecnologia; Princípio da Precaução; Dignidade da Pessoa Humana](#)

Texto Completo: <http://proxy.furb.br/ojs/index.php/juridica/article/view/7874>

Resumo: O objetivo desta pesquisa foi o de estudar a questão principiológica aplicada ao caso dos alimentos transgênicos, em especial o Princípio da Precaução e o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana. A proposta abordou a evolução da legislação brasileira sobre o assunto, principalmente no que diz respeito à rotulagem dos alimentos transgênicos e as recentes propostas de alteração da Legislação vigente. A metodologia utilizada nesta pesquisa foi o método dedutivo e quanto aos meios a pesquisa foi bibliográfica e com caráter qualitativo, quanto aos fins. A conclusão a que se chegou foi a de que há necessidade de se empregar um maior rigor na liberação da produção e comercialização dos alimentos transgênicos, assim como promover a expansão dos mecanismos de defesa do consumidor, mediante ampla divulgação dos riscos advindos do consumo dos alimentos transgênicos que já estão no mercado.